

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Um breve estudo sobre os trabalhadores ambulantes e os espaços por eles ocupados no
centro de Uberlândia de 1995 – 2008.

TAHIS FURTADO BICALHO VIEIRA

TAHIS FURTADO BICALHO VIEIRA

Um breve estudo sobre os trabalhadores ambulantes e os espaços por eles ocupados no centro de Uberlândia de 1995 – 2008.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

Uberlândia, Julho de 2009.

TAHIS FURTADO BICALHO VIEIRA

Um breve estudo sobre os trabalhadores ambulantes e os espaços por eles ocupados no
centro de Uberlândia de 1995 – 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

Prof.^a MS. Renata Rastrelo e Silva

Prof.^a Renata Carolina Resende

Dedicatória

À minha família em especial meu amado filho Gabriel, o qual possibilitou-me enxergar um mundo cheio de novas possibilidades repleto de alegria e esperança que impulsionaram a conclusão dos meus estudos. À minha amada mãe, Jaine a qual sempre me incentivou a estudar. Ao meu amado esposo Daniel pela paciência e dedicação sem as quais esta conclusão de curso se tornaria impossível. À minha irmã Jussara, minha cunhada Raquel e minha sogra Maria por terem cuidado de meu querido anjinho enquanto me dedicava aos estudos.

Agradecimentos

Ao Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida pelas horas destinadas ao meu auxílio, aos funcionários do arquivo público municipal, pela paciência e horas de exercícios retirando e guardando livros dos arquivos, a todos os entrevistados em especial ao senhor José Pedro Campelo, cujas informações foram essenciais para conclusão desta pesquisa.

SUMÁRIO

Apresentação	8
Capítulo I.....	13
A ocupação dos espaços públicos centrais e sua fiscalização por parte do poder público.	13
Capítulo II.....	24
Do remanejamento dos trabalhadores e suas conseqüências para os mesmos	24
Considerações finais	41
Acervos e fontes	43
Bibliografia.....	45

RESUMO

Este trabalho aborda de forma geral temas como o trabalho informal e a ocupação dos espaços públicos por estes trabalhadores, que são os chamados camelôs e ambulantes, bem como sua transferência para outros locais como os camelódromos e como se davam as relações entre estes ambulantes e o poder público .

Palavras-chaves: Camelôs, vendedores, ambulantes, praça

Apresentação

Ao iniciar esta pesquisa, minha preocupação central foi desvendar o que existia por trás do funcionamento do movimentado Camelódromo Central, situado na Avenida Afonso Pena, esquina com a Coronel Antonio Alves, na cidade de Uberlândia _MG.

Alguns aspectos como o movimento intenso, tanto de vendedores quanto de consumidores, a diversidade de mercadorias comercializadas e a relação destes vendedores entre si, devido à concorrência, uma vez que vários Box podem oferecer as mesmas mercadorias, bem como o motivo pelo qual estes comerciantes por lá se estabeleceram, foram alguns fatores que impulsionaram-me no sentido de tentar entender a lógica de funcionamento deste prédio e suas implicações para a cidade.

A partir daí procurei manter contato com estes trabalhadores, a fim de conseguir informações, não somente sobre o Camelódromo, mas também sobre as atividades ambulantes desenvolvidas principalmente nas praças Tubal Vilela e Oswaldo Cruz, locais que abrigaram grande número de trabalhadores ambulantes legalizados ou não, durante algum tempo, os quais viram nesses espaços públicos o local para desenvolvimento de suas relações de trabalho.

Assim, passei a freqüentar o Camelódromo Central e também o Municipal, a fim de sondar como funcionava o comércio nestes locais e estabelecer contato com estes trabalhadores, visando a realização de entrevistas que, na maioria das vezes, foram feitas no próprio local de trabalho dos mesmos, pois sempre havia uma data representativa para o comércio, fazendo com que o tempo deles fosse bastante escasso.

Hoje em dia, o uso das entrevistas, em consequência da historia oral, é muito comum entre os historiadores, pois possibilita ao mesmo, dar vozes aos vários sujeitos sociais de forma que se complementem as discussões com os documentos oficiais, fazendo um cruzamento das fontes.

A questão era trabalhar não com uma outra história, que se opunha àquela oficial, mas buscar modos de apreender a dinâmica social em sua complexidade, estudando experiências e memórias compartilhadas, divididas e contraditórias, em convívio e em confronto.¹

Cabe aqui então, o estudo das memórias, pois cada pessoa, a partir de uma experiência de vida particular, um ou outro fato na memória, sobre um determinado

¹ ALMEIDA, Paulo Roberto & KOURY, Yara Aun. História oral e memórias entrevista com Alessandro Portelli. História & Perspectivas, Uberlândia: UFU, 2002, PP. 30.

acontecimento em comum, neste caso em particular, o fato de terem sido trabalhadores autônomos ou ambulantes e ex-ocupantes das Praças e calçadas do perímetro urbano.

Assim sendo, o marco das memórias possíveis é, ao mesmo tempo, infinito, pois não há um limite para o que as pessoas possam pensar ou recordar e, também, finito, pois há um limite que está fundado sobre um acontecimento muito específico. Desta forma, quando falamos destas memórias individuais, há uma parte disso que se pode tratar como uma ferramenta comparativa e estatística, porque há coisas que são compartilhadas e que se pode relatar, mas há outras coisas que são qualitativas, no sentido em que há o encontro entre um acontecimento, um lugar e uma subjetividade individual, uma história pessoal, individual, um passado e um futuro individuais.²

Respeitando então os limites e cuidados ao se trabalhar com fontes orais, como a questão de sua subjetividade e relação direta com memória e interesses particulares, busquei fazer estas entrevistas, a princípio sendo bem recebida pelos trabalhadores dos Camelódromos Municipal e Central.

Diante das entrevistas realizadas no Camelódromo Municipal, notei que os comerciantes ao falarem sobre sua retirada das praças, ou por não lembrarem muito bem dos acontecimentos, visto o tempo decorrido ou por medo de tocarem no assunto, afirmam que sua transferência para o Camelódromo Municipal, se deu de forma pacífica, o que torna-se um problema pois, como veremos no decorrer desta pesquisa, não só a transferência dos trabalhadores como toda a negociação que envolveu a mesma, foi marcada por ações conflituosas.

Apesar disto, por meio das falas destes trabalhadores, pode-se perceber o saudosismo existente quando os mesmos relembram os tempos em que trabalhavam nas praças e ao mesmo tempo, pode-se conhecer um pouco sobre o funcionamento interno do Camelódromo Municipal, bem como suas regras e dificuldades.

Já no Camelódromo Central, conheci o Sr. José Pedro Campelo, o qual foi pro num período, líder do sindicato dos trabalhadores ambulantes de Uberlândia, e um dos principais mediadores dos conflitos entre prefeitura e ambulantes.

Campelo iniciou suas atividades como vendedor nas praças e calçadas, unificou o sindicato dos trabalhadores, tornando-se presidente do mesmo, passou a vendedor no Camelódromo Municipal, e hoje, ocupa um cargo denominado pelo mesmo de gerência, no Camelódromo Central. Esta trajetória pode revelar seus interesses particulares em meio ao jogo político existente na disputa pelos espaços públicos na cidade de

² ALMEIDA, Paulo Roberto & KOURY, Yara Aun. História oral e memórias entrevista com Alessandro Portelli. História & Perspectivas, Uberlândia: UFU, 2002, PP. 32

Uberlândia, bem como os interesses do poder público, ao tentar delimitar os espaços ocupados pelos trabalhadores.

Porém, essa receptividade, não ocorreu com os atuais trabalhadores das praças e calçadas, que ao serem procurados, se recusavam a dar qualquer informação sobre seu ofício, mostrando o quão receosas estas pessoas se mostram nos dias de hoje. Neste sentido, pude contar apenas com o depoimento do Sr Epaminondas, um ambulante que ainda resiste em permanecer com suas vendas em locais variados, vendendo mercadorias de uso sazonal como sombrinhas e luvas.

Uma outra fonte de pesquisa com a qual trabalhei foi o Jornal Correio, tendo em vista a necessidade de encontrar documentação que apontasse para a questão da ocupação das Praças e calçadas, bem como da existência do comércio ambulante nestes locais, e da relação existente entre estes trabalhadores e o poder público.

Segue-se a isto, a necessidade de conhecer como se deu a transferência destes trabalhadores para outros locais, fato que ocasionou o surgimento dos Camelódromos na cidade.

Num primeiro instante, o Camelódromo Municipal, localizado na Avenida Floriano Peixoto, que ocupa hoje a antiga área destinada ao DMAE, próximo ao Estádio Juca Ribeiro e num segundo momento, sob a influência da iniciativa privada, o Camelódromo Central, que foi objeto motivador do desenvolvimento desta pesquisa.

Para tanto, foram feitas várias visitas ao Arquivo Público Municipal, onde pude examinar os exemplares do Jornal Correio, numa longa pesquisa que me permitiu selecionar as matérias, em sua maioria da coluna “Cidades”, das quais os assuntos se relacionassem com o tema dos ambulantes, sua ocupação e uso dos espaços públicos e a conseqüente tensão existente entre estes trabalhadores e o poder público municipal.

Como alerta E. Antunes de Medeiros:

*O historiador, ao lidar com as fontes, sejam elas quais forem, deve tomar alguns cuidados e um deles é questionar a forma e o contexto em que foram produzidas. O Jornal Correio tem como característica marcante, o apoio a um determinado grupo político local: o MDU (Movimento Democrático de Uberlândia), grupo constituído, em sua maioria de políticos originários da antiga ARENA e estreitamente vinculados ao Sindicato Rural, ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia), CDL (Clube de Diretores Lojistas) e Prefeitura Municipal, sendo que, em vários momentos os quadros do MDU e dessas outras instituições se revezam na direção das mesmas*³

³ MEDEIROS, E. Antunes. Espaço urbano: Sua constituição pelas relações daqueles que vivem do trabalho Uberlândia 1970/2001. Uberlândia, UFU, 2001.

Talvez por sua ligação com C.D.L.e Prefeitura Municipal, sejam encontradas tantas matérias apontando para a necessidade de se construir um local para abrigar a estes trabalhadores num ponto distante do centro comercial, como acontece com o Camelódromo Municipal, usando como justificativa para isso, os conflitos existentes entre os camelôs e a prefeitura, por meio de sua fiscalização, como veremos a seguir.

Vale lembrar que as matérias retiradas do Jornal Correio foram publicadas no ano de 1995/96, ano em que Uberlândia tinha como Prefeito o Sr. Paulo Ferola que apoiava para sua sucessão o candidato Virgílio Galassi⁴, nomes que sempre estiveram comprometidos com partido da situação e que ajudaram a construir parte da história da cidade como modelo de desenvolvimento e progresso.

Dessa forma, a concorrência que os ambulantes poderiam fazer aos lojistas seria de certa maneira enfraquecida ou afastada.

Outro ponto que também evidencia a necessidade de transferência destes trabalhadores é a construção do Terminal Central, como parte das obras de integração do SIT,(Sistema único de Transportes), que funcionaria exatamente em um dos locais de maior ocupação por estes trabalhadores, como será discutido no decorrer desta pesquisa.

A utilização deste jornal justifica-se também pelo fato de o mesmo trazer em seu conteúdo as matérias sobre os ambulantes de forma periódica, tratando a questão da ocupação dos espaços públicos como um problema tanto para a cidade, quanto para os trabalhadores, apontando as necessidades de mudanças nos espaços públicos e ao mesmo tempo, evidenciando os problemas causados a estes e por estes trabalhadores.

Uma das justificativas para ocupação dos espaços públicos são mudanças nas relações de trabalho, uma vez que o mercado dito “formal” não absorve todas as camadas de trabalhadores que por motivos diversos apontados pelos mesmos, como baixa escolaridade, idade avançada e outras exigências do mercado, fazem com que um grande número de pessoas busquem formas alternativas de sobrevivência, como por exemplo, realizando vendas ambulantes, serviços autônomos oferecidos de porta em porta como consertos de fogão e panelas de pressão, ou ainda oferecendo-se para amolar facas e alicates, fazendo coleta de recicláveis pelas ruas, realizando pequenos serviços de carga em carroças e outros serviços que lhes conferem , na maioria das vezes, um

⁴ Jornal Correio 15/10/96.

ganho mínimo, porém possibilitando com que os mesmos ainda se integrem ao cenário econômico.

Desse modo, não se trata apenas de reconhecer a organização capitalista do trabalho “informal”, mas de perceber como esse tipo de organização também “resignifica” e condiciona as experiências e as práticas dos diversos sujeitos implicados nesse processo.

Afinal, as ocupações tidas como “informais” vêm ganhando relevância no mundo do trabalho exatamente porque têm sido acionadas como forma de produção preferencial do capital e não como escolha exclusiva dos trabalhadores. A estruturação do setor de reciclagem no Brasil a partir do aproveitamento de uma numerosa população trabalhadora excedente – que num aparente paradoxo teve suas qualidades recusadas pelo “mercado” – é um traço constitutivo das atuais relações de trabalho e uma evidência importante desse processo. Por isso mesmo, a informalidade, bem como seu crescimento funcional, precisa ser percebida como um resultado, ainda inconcluso, das relações de forças historicamente estabelecidas em torno da organização do trabalho..⁵

Estas são algumas das maneiras encontradas por estes trabalhadores de se verem inseridos no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, mesmo que de modo inconsciente, promover alterações nos espaços públicos da cidade, chamando a atenção do poder público para si, fazendo com que o mesmo tome, na maioria das vezes, atitudes contrárias ao desenvolvimento de tais atividades, fazendo o possível até para coibi-las.

É evidente que o trabalho dos catadores promove mudanças no cenário urbano, imprimindo disputas em torno do recolhimento dos materiais recicláveis (Schamber et al., 2002), motivando reações dos poderes públicos que tentam contê-lo ou discipliná-lo (ADISSI, 2003; Dias 2002) e “resignificando” espaços tais como a rua (gorbán, 2004).⁶

Desta forma, busquei ilustrar um pouco desta tensão que envolve as disputas pelos espaços públicos, por meio da ocupação destes pelos vendedores ambulantes.

Assim, evidenciei no capítulo I, alguns dos possíveis motivos para instalação e permanência dos mesmos nas Praças e calçadas da cidade, bem como as maneiras como ocorriam a fiscalização destes trabalhadores pelo poder público.

No capítulo II, procurei trazer à tona, por meio de fontes jornalísticas a tensão existente entre estes trabalhadores enquanto ocupantes dos espaços públicos e o poder público, bem como os conflitos que permearam o período de negociações para transferência dos mesmos.

⁵ BOSI, Antônio de Pádua. (Junho/2008) A Organização Capitalista do Trabalho “Informal” O caso dos catadores de recicláveis. Revista Brasileira de Ciências Sociais.

⁶ BOSI, Antônio de Pádua. (Junho/2008) A Organização Capitalista do Trabalho “Informal” O caso dos catadores de recicláveis. Revista Brasileira de Ciências Sociais

Capítulo I

A ocupação dos espaços públicos centrais e sua fiscalização por parte do poder público.

A ocupação dos espaços públicos por parte dos ambulantes nas áreas centrais de Uberlândia, foi foco de crescente tensão entre trabalhadores e prefeitura, e esta agravou-se com o projeto de construção do primeiro Camelódromo para estabelecimento dos comerciantes ambulantes.

Torna-se necessário discutir um pouco a questão da visão progressista da qual Uberlândia era objeto, fazendo-se ver como uma cidade pólo de desenvolvimento desde suas origens por meio da ideologia das classes dominantes, como aponta a dissertação de E. Antunes:

A estruturação de uma página jornalística contendo matéria sobre a Estrada de Ferro Mogiana, tomada como símbolo desse progresso pela elite local, denuncia ainda mais, a vinculação estreita entre progresso e a precarização das condições de vida.

“MARCO DE PROGRESSO

PARABÉNS, Uberlândia!

Você comemora no dia 14, uma de suas maiores vitórias.

Ó Uberlândia! Você trará com esta mudança um novo aspecto, uma arquitetura moderna e uma novo passo, para o progresso da cidade(...).⁷

Este ideal de progresso fez e ainda faz parte da imagem de cidade modelo que foi perpetuada pelas elites locais, assim, a imagem dos ambulantes nas praças da cidade, seria um ponto de contradição entre o progresso e o desemprego, representado pela presença dos ambulantes nos espaços públicos, presença esta que está ligada à exclusão de trabalhadores do mercado dito formal.

Foi falta de opção, no Brasil, pessoa de certa idade já não consegue muita oportunidade mesmo, eu era costureira, perdi o emprego e com o acerto eu comecei como barraqueira...,

Afirma a senhora Maria Lígia Cruzeiro, ex-ambulante, que trabalhava na Praça Oswaldo Cruz.,⁸

Desta forma, o poder público tentava encontrar novos espaços para que estes comerciantes desenvolvessem suas atividades que não fossem nas praças, especificamente do centro da cidade.

⁷ MEDEIROS, E. Antunes. Espaço urbano: Sua constituição pelas relações daqueles que vivem do trabalho Uberlândia 1970/2001. Uberlândia, UFU, 2001. P 34

⁸ CRUZEIRO, Maria Ligia. Entrevista concedida a Tahis Furtado. Uberlândia 28/11/2008.

Uma das justificativas por parte do Jornal Correio, para a construção do Camelódromo, era de que condições de trabalho nas praças estavam ligadas às condições climáticas, deixando os comerciantes a mercê das intempéries da natureza. Assim, tanto os comerciantes quanto suas mercadorias ficavam expostas ao sol e a chuva, como podemos notar na matéria do Jornal Correio de 17 de fevereiro de 1995

Chuvvas prejudicam economia informal Os trabalhadores do mercado informal, como ambulantes camelôs e até cobradores e office-boys são muito prejudicados pelas constantes chuvas que há 14 dias caem na cidade.⁹

Percebemos com a leitura, deste trecho da reportagem que além dos trabalhadores estabelecidos nas praças e calçadas da cidade, outros também são citados como os office-boys que mesmo com as dificuldades impostas pela natureza, tentam driblá-las usando capas de proteção, enquanto que os trabalhadores ambulantes ficam obrigados a se abrigarem e abrigarem também suas mercadorias embaixo das marquises e outras estruturas que possam lhes oferecer abrigos temporários. Sem dúvida, a falta de uma estrutura que abrigasse os comerciantes contribuía para danificar os produtos e poderia prejudicar também a saúde dos trabalhadores, que faziam sua jornada de trabalho nas praças Tubal Vilela e Sérgio Pacheco, principalmente.

Assim, o Jornal consegue justificar a necessidade de se retirar os ambulantes, não porque os mesmos obstruíam as praças, mudando o foco de preocupação para suas necessidades.

Seria importante discutir de que forma estes trabalhadores se estabeleceram nestes locais e de início podemos notar que por estarem localizadas em regiões centrais da cidade, estão na rota de centenas de trabalhadores que fazem destas praças pontos de sua rota diária para ir ao serviço e voltar para casa.

Este é um ponto atrativo para o comércio, locais movimentados, a agitação do dia a dia faz com que as pessoas tenham interesse em resolver seus problemas da maneira mais fácil e rápida possível, recorrendo a refeições rápidas ou lanches oferecidos pelos ambulantes, por exemplo, assim, notamos a importância destes para estas pessoas, e também deste tipo de comércio para os ambulantes uma vez que estes conseguem sua sobrevivência de acordo com o que vendem diretamente nestas praças.

De acordo com E. Antunes de Medeiros

⁹ Jornal Correio de Uberlândia, 17/02/1995.p.7

A experiência dos trabalhadores Ambulantes/Camelôs e dos Produtores/Comerciantes de Horti-fruti-granjeiros em Uberlândia, a partir dos anos 70, faz parte de uma conjuntura em que o país sofreu profundas transformações políticas, econômicas, demográficas e sociais. Essas transformações foram alavancadas pelo desequilíbrio no mercado de trabalho com base, entre outros fatores, pelas correntes migratórias internas no país a partir de uma intensa capitalização das atividades agropecuárias e a conseqüente expulsão da força de trabalho do campo para a cidade; tem como base também, e, estreitamente vinculado a esse primeiro fator, o processo de industrialização pelo qual, com característica de concentração espacial e de produção voltada para consumidores de alta renda, limitou a própria expansão do parque produtivo industrial. Isso resultou na não-absorção da força de trabalho proveniente das migrações internas, inter e intra-regionais. Esses fatores levaram os trabalhadores a buscarem “alternativas”, tanto no que se refere ao modo como trabalhariam nas cidades como no que diz respeito as formas pelas quais lutariam para se manter no espaço urbano buscando a satisfação de suas expectativas uma vez que (...) progressivamente, a informalidade funcionou como mecanismo de incorporação de famílias não urbanas ao meio urbano, com um âmbito de produção em que elas gradualmente se adaptam às formas urbanas de trabalho. Com este caráter, a informalidade no Brasil transfere hábitos e produtos rurais para o meio urbano, e aumentou em muito, junto com a aceleração da urbanização na décadas de 1950 a 1980¹⁰

Aliado a estes fatores, soma-se a ideologia de cidade progresso que certos grupos sociais faziam a questão de ressaltar a “vocação para o progresso” da qual a cidade de Uberlândia fazia parte. Com sua industrialização crescente, várias pessoas foram atraídas para cá com a ilusão de conseguir um emprego no mercado formal.

Dessa forma, muitas destas famílias de imigrantes engrossaram a leva de trabalhadores que procuravam fazer ‘bicos’ para sustentarem a si e suas famílias.

Torna-se evidente com a instalação e permanência dos comerciantes ambulantes e camelôs em certas áreas da cidade, que o mercado formal não era, e não é capaz de absorver toda a mão de obra que encontrávamos ou que encontramos na cidade, pois ainda hoje podemos observar vendedores que ora estão na Praça Tubal Vilela, ora estão nas calçadas das grandes lojas da cidade, ou ainda vendendo bebidas e comida nas festas, shows e exposições da cidade.

No centro era comercializado de tudo, desde gêneros alimentícios até produtos eletrônicos, e bem, se o comércio existia, era porque havia procura pelos serviços oferecidos, daí a importância para estes trabalhadores ambulantes ou da sua manutenção dos mesmos em seus locais costumeiros de venda, pois já havia se formado uma certa freguesia.

¹⁰ MEDEIROS, E. Antunes. Espaço Urbano: sua constituição pelas relações. daqueles que vivem do trabalho. 2001. p.24-25.

Os trabalhadores eram, em sua maioria, pessoas excluídas do mercado de trabalho formal, por vários motivos como alto nível de desemprego, profissionais com pouca qualificação, mulheres e homens acima dos quarenta anos de idade:

Fui bancária, trabalhei 17 anos com assinatura em carteira, mas cheguei aqui e não consegui emprego. Vim do Sul do país e tenho casa própria adquirida com o dinheiro que trouxe de lá.”A ambulante Ilda observou ainda, que em Uberlândia é muito difícil para uma mulher encontrar emprego depois dos 40 anos.”As empresas exigem beleza física e idade preferencial de no máximo 25 anos. Sem alternativa, tive que partir para o comércio ambulante¹¹

Assim como esta trabalhadora, vários outros tiveram no mercado informal uma oportunidade de sustento e provimento de suas famílias. Percebemos que as mesmas não se tornaram ambulantes simplesmente por vocação, mas foram forçadas a exercer certas atividades econômicas para engrossar o orçamento familiar.

Dentre as mercadorias destes trabalhadores estavam artigos diversos que variam deste o cafezinho, suco e salgado, passando por artigos de vestuário e por último as mercadorias eletrônicas. Também eram visíveis as pessoas que vendiam bilhetes de loteria, ações de clubes ou ainda compravam e vendiam passes tirando uma pequena porcentagem como lucro. Enfim, existia uma variedade muito grande de serviços oferecidos concentrados nestes locais e concorriam diretamente com os comerciantes estabelecidos no Centro Comercial de Uberlândia.

A prefeitura municipal procurava combater esse comércio por meio da fiscalização exercida por seus funcionários.

Um artigo retirado do Jornal Correio do dia 21/02/1995, evidencia que os trabalhadores ambulantes tinham ciência de sua situação de irregularidade perante as leis que regulamentam o comércio, ou sua proibição nos locais públicos da cidade.

Irene Rodrigues tem 03 filhos menores e ajuda o marido no orçamento doméstico com dinheiro deste trabalho. “Eu sei da existência de uma lei municipal que proíbe o comércio ambulante no centro da cidade, mas a gente não tem outro jeito de ganhar a vida, e somos obrigados a fugir o tempo todo, pois somos tratados como bandidos e temos nossos direitos humanos violados todos os dias.”¹²

Este depoimento nos evidencia que as pessoas envolvidas neste comércio tinham ao menos uma noção sobre sua situação perante o poder público, mas continuavam exercendo suas atividades como forma de sustentar suas famílias.

¹¹ Jornal Correio de Uberlândia, 19/07/1995.p.08.

¹² Jornal Correio, 21/02/1995.

Ao mesmo tempo, o depoimento de Irene Rodrigues, faz um alerta sobre as condições em que estas fiscalizações aconteciam, evidenciando alguns fatores que caracterizavam violência ao serem forçados a fugir com o que conseguissem apanhar de suas mercadorias e também pelo fato de se sentirem marginalizados, comparados aos bandidos.

Outros abusos cometidos pelos fiscais da prefeitura foram também denunciados na época como constatamos na mesma reportagem deste jornal.

A ambulante Tânia Maria Romualdo, mãe de 4 filhos e grávida do quinto, contou que estava sentada num caixote vendendo cartelas de bingo, quando um dos fiscais chegou, agarrou-a pelo braço dando solavancos enquanto o outro chutou o caixote. "Eu passei muito mal e fui parar no médico com o diagnóstico de que minha criança havia mudado de posição, dois dias depois, melhorei e retornei. Os mesmos fiscais estiveram aqui e me abordaram com cinismo", contou.

A vendedora disse que os homens da prefeitura ficaram zombando dela e perguntando se a criança estava viva ou se morrera. Tânia queixou-se que não tem a quem recorrer porque eles mandam, desmandam e impõem suas próprias leis. "Sei que é proibido trabalhar aqui, mas tenho que sobreviver, não encontrei outro tipo de trabalho. A exemplo da maioria dos ambulantes, eu já tentei me cadastrar várias vezes na secretaria competente, mas não consigo."¹³

Outras denúncias de violência e abuso de poder ainda são encontradas e acusam os fiscais de apreenderem as mercadorias e não devolvê-las, nem mesmo os utensílios usados para abrigá-las como cestas, caixas e outras embalagens.

Luis Heleno Machado, também afirmou que já foi vítima dos fiscais inúmeras vezes. Ele é deficiente físico e há seis anos não consegue se cadastrar. "Eu aceitaria trabalhar em qualquer lugar, pois fico só andando e não pleiteio barraca, ainda assim, nada feito. Tenho um filho doente e não posso parar. Porém, correr dos fiscais já se tornou uma triste rotina, recheada de abusos de poder, arbitrariedades e espancamentos. Esta cesta que estou hoje é nova, é a sétima adquirida em curto espaço de tempo. Eles nos tomaram o material e não devolveram.

Pedro Martins, uma espécie de supervisor dos vendedores de loterias e outros produtos, exemplificou vários casos de abusos de autoridade cometidos pelos fiscais. "Acontece todos os dias com muitas testemunhas, gente que fica a espera de ônibus, mas nossas reclamações não são ouvidas. Eu vou sempre a prefeitura tentar regularizar a situação dos ambulantes e não consigo."

Ele lamentou que fiscais usem PMs como escudos para depois agir de modo abusivo. Como os outros vendedores afirmou que os fiscais tiram os policiais de suas tarefas no trânsito, e os recrutam com o intuito de ajudá-los na prática da violência.¹⁴

¹³ Jornal Correio, 21/02/1995.

¹⁴ Jornal Correio, 21/02/1995

Em entrevista realizada com o Sr Epaminondas¹⁵, um vendedor ambulante que exerce sua atividade segundo ele há dez anos, ora na Praça Tubal Vilela, ora nas calçadas da cidade, o mesmo afirma que ainda hoje a fiscalização é rígida, feita quase todos os dias por um fiscal, acompanhado por dois policiais. Segundo o vendedor, eles não usam de violência física, porém, fazem “piadinhas” com a situação em que os vendedores se encontram, ao terem suas mercadorias apreendidas.

Analisando estes depoimentos, percebemos em parte, um pouco da tensão que existia ou existe na cidade entre o poder público, ou seja, prefeitura e seus representantes legais e os trabalhadores da dita atividade informal.

Enquanto lia estas matérias no jornal Correio, não pude deixar de me indignar da forma como os fiscais tratavam as pessoas, não reconhecendo de que se tratava de seres humanos, que tinham sim que cumprir com suas obrigações, mas acima de tudo tinham direitos e um deles é ser tratado como cidadão e não como bandidos. Ao iniciar minha pesquisa não sabia que poderia me deparar com estas situações de violência, abuso de poder e desrespeito ao cidadão.

Com base na necessidade de sustentarem seus lares e em vista das dificuldades de encontrarem empregos no mercado formal, eles passam dias de tensão ao serem fiscalizados de maneira considerada abusiva por parte dos funcionários.

De fato, os depoimentos apontam que na época havia sim um certo abuso de autoridade e que muitos dos trabalhadores se viam duplamente prejudicados pois além das mercadorias eram apreendidas também suas cestas, caixotes e outros materiais de trabalho.

Estes conflitos reforçam a idéia de que de um lado, era necessária para estes trabalhadores sua permanência no mercado informal onde estavam instalados e de outro, o interesse da prefeitura de ao exercer esta fiscalização, tornar no mínimo mais difícil a permanência dos mesmos, forçando-os a procurar outras atividades econômicas ou outros locais.

Fica claro também que os ambulantes não são meros espectadores deste cenário político, pois ao denunciarem os abusos no jornal de circulação da cidade, tornam públicos seus problemas e, além disso, mostram que não tem a intenção de assumir o papel de vítimas da desestruturação econômica e falta de empregos por qual passava a cidade, mas assumem aqui o papel de agentes históricos que buscam fazer valer seus

¹⁵ Epaminondas Teodoro da Silva, 45 anos, vendedor ambulante

direitos como cidadãos, entrando na luta pela garantia de manter suas formas de sustento.

Por outro lado, os fiscais justificam que usam da força policial para abordar os ambulantes e apreender suas mercadorias, porque:

(...)eles são agressivos e escandalosos. Disseram que só cumprem a lei municipal que coíbe a prática de comércio ambulante no centro da cidade. Um deles revelou que só não iria tomar as mercadorias dos camelôs na manhã de quinta-feira, porque não tinham PMs na Praça Tubal Vilela.¹⁶

O uso da autoridade policial, pode ser visto também como uma forma dos fiscais garantirem sua segurança visto que os ambulantes são “agressivos e escandalosos” como aponta o artigo do jornal. Isto reforça a idéia de que os ambulantes tentavam de alguma forma resistir e continuar exercendo sua atividade.

Sobre as denúncias reveladas pelos comerciantes:

O secretário de Serviços Urbanos, Ednoser Damasceno de Brito, mostrou-se muito contrariado ao saber das denúncias contra os fiscais. Ele prometeu investigar tudo e tomar providências. Eu sou anti-violência, não aceito este tipo de atitude a desrespeito das pessoas sejam elas quem forem. Vou apurar e se necessário, os funcionários sofreram punições, que vão de uma simples advertência, passando por suspensão, em caso de reincidência até expulsão dos quadros da prefeitura¹⁷.

A fala do secretário Ednoser Damasceno, aponta para uma suposta “desinformação” por parte dos órgãos públicos sobre a forma com que era feita a fiscalização.

As mercadorias dos vendedores não cadastrados podem ser apreendidas depois que o ambulante é notificado, mostrou Ednoser Damasceno na lei sobre esse tipo de comércio. A mercadoria é devolvida após o pagamento de multa que varia de 14 UFPU, junto com o vasilhame.

O secretário enfatizou que a lei não prevê abuso de poder e autoritarismo. “A nova lei está sendo regulamentada, e a partir daí, vamos fazer um estudo do que está errado. Já os fiscais contratados passam por treinamento. Atualmente, a maioria tem de três a quatro meses de trabalho. Quase todos tem curso superior ou estão cursando alguma faculdade.”¹⁸

Com isto, podemos ver a preocupação do secretário em tentar amenizar a situação em relação aos abusos de autoridade, reforçando que seus funcionários além de passar por treinamentos, são pessoas estudadas e que portanto deveriam lidar com a situação de forma adequada, tentando aliviar a questão da violência denunciada pelos ambulantes.

¹⁶ Jornal Correio, 21/02/1995.

¹⁷ Jornal Correio, 21/02/1995

¹⁸ Jornal Correio, 21/02/1995

A partir daí, torna-se interessante notar como o Jornal trata e justifica a questão da retirada dos trabalhadores dos locais públicos, evidenciando os abusos pelos quais os mesmos passaram e as conseqüências trazidas por tais atos, mostrando como os mesmos podem tornar-se vítimas do poder público, deixando de lado a questão do embelezamento das praças, da imagem dos ambulantes nestes locais, ligada ao desemprego, indo de encontro ao ideal de cidade progresso, que como já foi dito, faz parte da construção histórica de Uberlândia.

Ao mencionarem também as tentativas de se cadastrar na secretaria competente e não conseguir o mesmo, os ambulantes passam a idéia de que pretendem tornar seu trabalho legalizado perante os órgãos e leis do município.

Sobre esta legislação:

A lei nº 4.230 de 05 de novembro de 1985 foi a primeira a entrar em vigor, com a finalidade de regular o comércio ambulante e atividades afins, definindo os critérios de seleção para o credenciamento, as áreas a serem ocupadas e os produtos que poderiam ser comercializados, criando inclusive uma Comissão Permanente para assuntos referentes ao comércio ambulante.

Posteriormente, foi regulamentada a Lei nº 6.044 de 30 de junho de 1994, através do Decreto nº 6.669 de 19 de maio de 1995, atualizando em alguns aspectos a anterior. Com a aprovação desta lei, a Prefeitura promoveu a transferência dos camelôs das áreas públicas, como as Praças Sérgio Pacheco, Tubal Vilela e Oswaldo Cruz, para um espaço que recebeu o nome de “camelódromo”, tendo feito uma triagem com base em um questionário aplicado pela Secretaria de Ação Social e posterior visita ao domicílio dos cadastrados, para checagem das informações e posterior cadastramento. Outras áreas da cidade, como hospitais, escola, centros de bairros, praças secundárias, também receberam camelôs, mas em menor número.¹⁹

O secretário de Ação Social, afirmou também que os cadastros para regulamentação da atividade de ambulante estavam suspensos devidos a alterações por quais passariam as leis e que ao serem sancionadas pelo prefeito e votadas pela câmara, novos cadastros poderiam ser efetivados.

Informou ainda que existe uma demora no processo de cadastramento dos trabalhadores ambulantes, pois os mesmos ao darem entrada na documentação, passam por uma pesquisa econômica, provavelmente para avaliar suas condições e licenciar aqueles que realmente necessitem complementar sua renda.

Além da pesquisa econômica, outros critérios são adotados para dar prioridade aos candidatos a ambulantes, como o fato de possuir deficiência física, ou aposentados com necessidade de complementação de renda.

¹⁹ BERTOLUCCI, Fábio Luiz. A área central de Uberlândia: espaço preferencial das atividades informais os camelôs e Ambulantes. Instituto de geografia, UFU, novembro de 2003.

As constantes queixas e reclamações dos vendedores ambulantes e sacoleiros, revelam um aspecto que fica às vezes camuflado em meio à disposição dos mesmos nas praças, como a variedade de produtos que ofereciam, seu estabelecimento em barracas não padronizadas, pois este aspecto nos passa a impressão de uma certa desorganização da qual eles fariam parte e de certa forma poderiam se tornar enfraquecidos politicamente ou socialmente.

Porém, o fato de eles se organizarem, se associarem entre si para unir forças e denunciar as contrariedades praticadas pelo poder público, revelam que apesar de se julgarem excluídos economicamente do mercado formal de trabalho ou mesmo de estarem abaixo da escolaridade mínima exigida pelo mercado, eles tem consciência de que se unindo enquanto trabalhadores e se organizando, possuem mais chances de garantir seus interesses ou mesmo de reagir para conseguir defendê-los do que se agirem isoladamente, ou mesmo se não agirem.

O que realmente pretendo afirmar é que apesar de se mostrarem desestruturados por suas instalações às vezes precárias espalhadas pelo centro da cidade, eles parecem demonstrar uma maior preocupação em garantir seus direitos do que muitas outras categorias de trabalhadores do chamado mercado formal de trabalho, como será possível analisar mais adiante quando falarmos sobre a transferência dos mesmos de local.

Apesar dos abusos e da falta de estrutura de trabalho a que estão submetidos, os ambulantes e sacoleiros desenvolvem suas atividades, como já foi dito, em troca do sustento de suas famílias, alguns afirmam em depoimento em matéria do Jornal Correio, que seus lucros são mínimos, não dá pra ficar rico exercendo esta atividade, ao declararem algum bem como casa própria ou carro, afirmam que os mesmos foram adquiridos com dinheiro ganho antes de tornarem-se ambulantes, ou ainda que o carro é uma ferramenta de trabalho.

Tais justificativas se dão num momento em que os trabalhadores se vêm ameaçados pela Prefeitura de não poderem mais exercer suas atividades ao terem que deixar a Praça Sérgio Pacheco e se instalarem em outras áreas designadas pela prefeitura.

A Secretaria de Assistência Social estava, na época, cadastrando os trabalhadores que teriam direito aos boxes dentro do local estimado.

Porém, não seriam todos contemplados com estes espaços, sendo necessário que regras estabelecidas anteriormente, fossem seguidas para viabilizar o processo de

cadastramento e a posterior transferência destes trabalhadores para áreas ditas “apropriadas” para o desenvolvimento deste tipo de atividade.

Interessante notar que os trabalhadores, de início, apontam estas atividades como forma alternativa de subsistência, porém, notamos que ao longo do tempo estas atividades se fazem uma constante na vida dessas pessoas, pois poderemos perceber que muitos dos ambulantes da Praça Tubal Vilela, ou ainda da Sérgio Pacheco exercem suas atividades em Camelódromos existentes na cidade atualmente.

Isto contradiz o fato de que essa atividade seja passageira e comprova que muitas famílias dependem deste tipo de comércio como única forma de sobrevivência.

É o caso por exemplo, da senhora Maria Lígia Cruzeiro, que afirmou em entrevista realizada no dia 28/11/2008, que era barraqueira na área onde foi construído o Terminal Central, e que hoje está estabelecida no Camelódromo Municipal, construído na área do DMAE, para abrigar alguns dos trabalhadores que por lá permaneciam.²⁰

Aliado a isto, ao fazermos uma análise geral sobre atividades que envolvem esse comércio, percebemos que existem um número de trabalhadores muito maior envolvidos nesta prática que pode ser chamada também de contrabando, de acordo com as mercadorias e o local de origem no qual as mesmas são adquiridas.

Segundo aponta o trabalho de Elen Patrícia de Jesus Silva Davi²¹ sobre sacoleiros e laranjas na fronteira Brasil/Paraguai, são várias as pessoas que sobrevivem destas atividades tanto no que diz respeito aos laranjas, que são as pessoas que atravessam a Ponte da Amizade para buscar mercadorias tendo como missão entregar o produto já encomendado anteriormente, burlando de alguma forma a fiscalização ou ainda os sacoleiros propriamente ditos, que são segundo os entrevistados, pessoas que possuem o capital para adquirir mercadorias e revende-las.

Com este esquema, podemos perceber que a quantidade de trabalhadores envolvidos nesta atividade é grande e que existe uma ligação entre as atividades das fronteiras e o abastecimento dos Camelódromos e Lojas de variedades como artigos de R\$1,99 em todo o país.

Desta forma, percebemos uma relação de confiança entre os trabalhadores pois os mesmos na maioria das vezes lidam com capital que não é seu, mas geralmente de

²⁰ CRUZEIRO, Maria Lígia. Entrevista concedida a Tahis Furtado. Uberlândia 28/11/2008.

²¹ DAVI, Elen Patrícia de Jesus Silva. Trabalhadores na fronteira: experiências dos “sacoleiros” e “laranjas” em Foz do Iguaçu –Ciudad Del Este (1990/2006). Universidade Estadual do oeste do Paraná. 2008

uma terceira pessoa, um comerciante que contrata um atravessador e lhe fornece o Capital em troca do abastecimento de suas mercadorias.

Este é um esquema internacional que envolve indiretamente centenas de trabalhadores não só no Brasil, mas também no Paraguai e Argentina. No entanto, o tema do contrabando de mercadorias em si extrapola meu tema que limita-se aos ambulantes de Uberlândia.

Podemos, no entanto, perceber que a comercialização, principalmente, dos produtos eletrônicos, envolve um número muito grande de pessoas, o que garante a inserção de muitos trabalhadores no cenário econômico, como por exemplo, os sacoleiros em si, os “guias” que levam essas pessoas às compras apresentando-lhes os pontos de comércio, os motoristas de táxi que atravessam com estas pessoas a ponte da amizade e outros trajetos, ou ainda as empresas de ônibus que oferecem as linhas, tendo como garantia de lucro certo, devido à procura por estes destinos.

Capítulo II

Do remanejamento dos trabalhadores e suas conseqüências para os mesmos

As tensões e os conflitos existentes na disputa pelo espaço urbano levam sempre a ações e, neste sentido, o poder público, por meio da legislação, cumpre um papel importante nesta constante remodelação, assim, estavam sendo previstas mudanças na estrutura do sistema de transporte público, por meio da oficialização do SIT, Sistema Único de Transportes, na qual faziam parte do projeto a ligação dos terminais de ônibus dos bairros ao centro da cidade, e o local escolhido para construção do Terminal Central foi a praça Sérgio Pacheco, local que concentrava como já foi dito, grande parte dos trabalhadores ambulantes da cidade.

Para tanto, os trabalhadores teriam que deixar o local, transferindo-se para outras áreas designadas pela prefeitura.

Os vendedores ambulantes de Uberlândia serão remanejados da Praça Sérgio Pacheco para uma área específica, que será construída ao lado da caixa d'água e esgoto (DMAE), na Avenida Floriano Peixoto próximo ao Estádio Juca Ribeiro. O projeto de Instalação do novo "Camelódromo" como está sendo chamado o novo local, está em fase de elaboração pelo Secretário de Desenvolvimento Sérgio Attiê. Ele informou ontem que o terreno tem 570 metros quadrados , onde será construído uma cobertura padronizada e 02 banheiros.²²

Inicialmente, a notícia foi bem recebida pelos camelôs da praça Sérgio Pacheco, pois os mesmos viam no novo Camelódromo, uma possibilidade de maior organização do espaço, com a chamada padronização das barracas, além de oferecer abrigo do sol e da chuva e ainda poder contar com a instalação dos banheiros.

O vendedor ambulante Carlos Alvim Clóvis, aprova o novo Camelódromo por entender que ele facilitará a vida dos comerciantes e oferecerá mais conforto e segurança a todos. "Se for bom para a cidade e para nós eu acho ótimo. Nos disseram que tudo será padronizado e haverá uma seleção maior dos ambulantes. Acho que isto poderá evitar aquelas pessoas que vêm de fora e vão embora com o dinheiro."²³

A fala do comerciante revela uma preocupação em afirmar sua importância enquanto cidadão uberlandense, pois ao residir na cidade, o dinheiro por ele ganho, de

²² Jornal Correio, 04/04/1995

²³ Jornal Correio, 04/04/1995

certa forma volta para o município em forma dos diversos impostos a que todos nós estamos sujeitos. Isto para ele, pode ser um ponto a mais que viesse a garantir seu lugar no Camelódromo.

Quanto a esta preocupação em limitar o espaço do Camelódromo apenas aos comerciantes da cidade, existem outros ambulantes que pensam da mesma forma:

Edmar Alvarenga denunciou ainda que Camelôs de Fortaleza, Uberaba, Araxá e outros locais, comercializam produtos no centro da cidade do jeito que querem, sem qualquer represália e vão embora com o dinheiro. Isso qualquer pessoa pode constatar. Na esquina do DMAE tem um caso assim. São vendedores de rede e outros ocupando todo o espaço, sem se preocupar com a fiscalização, e esse pessoal nada tem haver com a associação. No nosso caso, o dinheiro fica em Uberlândia, afinal pagamos água, luz, telefone e impostos.²⁴

Havia então a preocupação de não existir espaço físico suficiente para o alojamento de todos os trabalhadores, preocupação esta que se mantém embasada na fala de Sérgio Attiê, que explica que o termo

Camelódromo” utilizado para definir o novo local de comércio ambulante, é inadequado. “Isso pode passar a idéia de que será um local muito grande, espaçoso e na realidade não é. Só vai resolver o problema dos camelôs instalados na Praça Sérgio Pacheco.²⁵

Isto passa a ser um problema para a cidade, pois, ao se construir o Camelódromo, pensando em retirar os trabalhadores dos locais públicos, como já foi dito no primeiro capítulo, já não deveria ser construído um espaço onde todos eles pudessem se instalar?

Sem dúvida, este será um dos principais pontos de reflexão dos Camelôs que preocupados em defender seus interesses resistirão à esta tentativa de organização do espaço de trabalho dentro do município, segundo interesses políticos que dirigiam a cidade.

Nesse sentido, torna-se importante falar sobre a organização destes trabalhadores em sindicatos, pois, é uma forma de garantir a defesa das suas necessidades de modo organizado, reivindicando seus direitos junto ao poder público.

Lembro-me vagamente de ver as praças da cidade lotadas de comerciantes, com suas barracas cada uma de um tamanho, vendendo de tudo um pouco e a agitação e barulho por eles causadas.

Porém, mesmo entrando nos Camelódromos a sensação que tenho sobre esses trabalhadores, é que os mesmos não tem muita organização, pois as pessoas passam

²⁴ Jornal Correio, 25/05/1995. p.08

²⁵ Jornal Correio, 04/04/1995.

pelos Box e os vendedores vão oferecendo sua mercadoria, perguntando se podem ajudar, chamando a atenção do consumidor em potencial para seus produtos e das possíveis vantagens, de adquiri-los de suas mãos, enfim mesmo dentro do prédio, o comércio se assemelha a uma feira.

Devido à esse movimento constante, a idéia que tinha de início era de que eles realmente não eram organizados, agindo de forma desarticulada com relação ao desenvolvimento de suas atividades, e que então, poderiam ser assim, em relação aos seus direitos e deveres.

Contrariamente a esse pensamento, ao foliar o Jornal Correio, tomei conhecimento sobre algumas matérias que se referiam ao Sindicato dos Trabalhadores Ambulantes de Uberlândia, o que mostra que ao contrário do que eu imaginava, que eles se viam politicamente organizados, e buscavam a manutenção e a melhoria de seus direitos enquanto trabalhadores inseridos no espaço urbano da cidade, se organizando de forma a unir sua categoria em torno de um ideal comum.

Entre o período de desocupação da praça e a construção do Camelódromo, os chamados vendedores ambulantes, passarão por um período de angústia, sem terem certeza do que realmente estava por acontecer.

Novamente, surgem dúvidas sobre quem terá um lugar resguardado no Camelódromo em detrimento de outros, uma vez que o Camelódromo, não seria suficiente para alojar todos os vendedores, além disso, passa a ser estabelecida uma idéia de concorrência, na qual os trabalhadores transferidos estariam sendo prejudicados, uma vez que os outros locais centrais da cidade, não seriam desocupados.

A desocupação da área deveria ser concluída até o dia 28/05/95, tendo os comerciantes recebido um comunicado por volta do dia 13 de maio, que segundo eles dizia apenas que os mesmos deveriam deixar o local, sem informá-los no entanto, sobre para onde eles deveriam se transferir.

O Camelódromo ainda não havia sido construído, pois segundo o secretário de desenvolvimento Sérgio Attiê, em entrevista dada no dia 04/04/95²⁶, o projeto deveria estar pronto em aproximadamente vinte dias e que logo depois, seria feita uma licitação para a construção do mesmo.

²⁶ Jornal Correio, 04/04/95

O prazo para a construção do estabelecimento seria quase que o mesmo da desocupação da Praça, pois as obras para construção do Terminal Central, estavam previstas para começarem pontualmente no dia 02/05/95.

Preocupados com o prazo dado para desocupação do local, sem ter um lugar certo para se estabelecerem, os camelôs começam a se sentir pressionados.

Outro que recebeu o comunicado de que a Praça deveria ser desocupada até o dia 28 foi o membro do Conselho Fiscal da Associação dos Camelôs e vendedores autônomos de Uberlândia, Manoel Timóteo de Souza. Segundo ele o camelódromo que estão prometendo, não passa de uma tentativa de enganar a categoria. “Estão tentando tirar o trabalho que fornece pão para nossas famílias.” Protestou. Ele sugeriu que primeiro deveria ser construída outra área para os camelôs se instalarem. Timóteo não acredita na transferência para a antiga área do DMAE, mas garante que está tentando um canal de negociação com a administração municipal para encontrar uma solução.²⁷

Várias dúvidas começam a fazer parte da rotina dos trabalhadores que falavam sobre sua retirada/instalação em lugares ainda não definidos oficialmente pelo poder público e também quanto ao que diz respeito ao cadastramento dos trabalhadores que seriam “beneficiados” com a construção do camelódromo.

Uma ocupante da praça Oswaldo Cruz, que há doze anos possui uma barraca naquele logradouro, garante que o prazo estipulado pela prefeitura já não existe mais, ela não quer se identificar com medo de ser prejudicada, mas afirmou que a proposta inicial de levar os camelôs para o DMAE, já foi suspensa.

Eles vieram aqui e disseram para gente sair mesmo, mas agora estão cadastrando todo mundo e vão fazer um levantamento sobre cada um de nós.²⁸

Isto revela também que os trabalhadores não estavam devidamente esclarecidos com relação ao seu trabalho, situação que revela um certo descaso das autoridades para com estas pessoas, que por mais que buscassem informações sobre seu futuro, eram vítimas de especulações, que tornavam o cenário político-social no qual estavam inseridos, cada vez mais instável.

De qualquer forma os trabalhadores estavam envolvidos por um clima de expectativas e ansiedades.

No dia vinte e sete de maio de mil novecentos e noventa e cinco, uma nova matéria é publicada no Jornal Correio, evidenciando a crítica que os camelôs fazem à nova lei que regulariza a atividade.

O prazo para os vendedores ambulantes saírem da praça Sérgio Pacheco termina amanhã, mas eles protestam contra a decisão tomada pela prefeitura, através da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social. Os ambulantes

²⁷ Jornal Correio, 18/05/1995.

²⁸ Jornal Correio, 18/05/1995

criticam a lei municipal que regulariza esse tipo de comércio e dizem que a intenção dos representantes do poder público é desunir a categoria. Ninguém quer mudar-se para o Camelódromo localizado na Avenida Floriano, porque o local de acordo com eles é inadequado e não comporta todos os camelôs.

Muito irritados os ambulantes reclamam que a maioria será excluída porque a lei é absurda. O presidente da associação dos camelôs e vendedores autônomos de Uberlândia, José Pedro Campelo, prometeu lutar até o fim, buscar ajuda da imprensa, do congresso nacional e outros na tentativa de resolver a situação. “A mudança é bem vinda, nós não somos contra o progresso. O problema é que a lei nos escraviza. Por exemplo: o ambulante não poderá se afastar da barraca em momento algum e mesmo que deixe a mulher, o filho ou o pai levará uma multa de 21 UFPUs, valor superior a R\$280,00.” Caso o dono da barraca necessite viajar para fazer compras, tem de avisar a secretaria e fechar a barraca.”²⁹

Não bastasse o espaço insuficiente para a permanência de todos os camelôs, as regras para a utilização do camelódromo estavam longe de satisfazer os mesmos.

A proibição dos mesmos de se ausentarem e não poderem deixar outros para substituí-los, chega a ser ridícula, pois a maioria dos comerciantes precisava se ausentar para ir as compras e reabastecerem suas barracas para dar continuidade a suas vendas.

A dificuldade que esta regra acrescenta aos trabalhadores pode significar uma oportunidade do poder público em colocar obstáculos nas vendas ambulantes ocorridas na cidade de forma menos agressiva e mais disfarçada. No entanto, aqueles que estavam com seus dias contados, entendiam muito bem a intenção do poder público e por isso reagiram de várias formas através de denúncias na imprensa, como estas matérias que recolhi para estudo e análise, ou manifestações e protestos na cidade.

José Pedro Campelo afirmou que lei municipal é escravizante, pois, além de fazer com que os camelôs tirem licenças na secretaria até para ir ao médico, exige a especificação dos produtos à venda e restringe a atividade, beneficiando apenas os trabalhadores com idade acima dos 40 anos, e portadores de deficiência física. Segundo Edmar Alvarenga, o projeto era levar os trabalhadores para a caixa d'água do DMAE, e agora a intenção mudou.

“Na verdade querem nos separar e provocar nossa desunião. A lei especifica que seremos levados para bairros distantes como Taíaman, Tancredo Neves, Satélite, Roosevelt, Maravilha, Jardim Patrícia, Jardim Brasília e outros. Isso nunca daria certo.”³⁰

A tensão era evidente em meio aos camelôs que sem saberem ao certo para onde deveriam se transferir, a fim de desocupar a área reservada à construção do Terminal Central do SIT, prepararam um protesto:

Os camelôs chegaram a preparar faixas e cartazes para utilizá-los numa passeata de protesto, mas a tarde receberam da Secretaria de Trabalho e Ação Social, a notícia de que permanecerão no local até a Prefeitura encerrar o

²⁹ Jornal Correio, 27/05/1995.

³⁰ Jornal Correio, 27/05/1995

*processo de cadastramento e seleção dos ambulantes. Mesmo assim, as faixas foram fixadas junto as barracas.*³¹

Aliviados com a prorrogação do prazo para deixarem a praça, restava aos ambulantes agora esperar pela publicação do Edital, que deveria tirar algumas de suas dúvidas com relação ao cadastramento, quem seriam as pessoas que teriam direito a se transferir e onde os demais continuariam a exercer suas atividades.

Na parte da tarde a assessoria de imprensa divulgou o conteúdo do Edital. No período de 31 de maio à 06 de junho de 95, a prefeitura vai cadastrar os ambulantes para depois selecionar os interessados na instalação do comércio ambulante na área pública situada na esquina da avenida Floriano Peixoto com a travessa Joviano Rodrigues, no Bairro Aparecida. As fichas para cadastro, deverão ser retiradas na Secretaria, no horário de 8:00 às 11:00 e de 13:0 às 17:00h. Não poderão participar do processo seletivo: pessoas jurídicas, pessoas menores de 18 anos, quem possuir renda superior a 3 salários mínimos e aqueles que possuírem relação de trabalho com pessoa física ou jurídica.

Ainda assim, os camelôs continuaram preocupados com seu destino e revoltados com a secretaria de Trabalho e Ação Social:

*“ Não queremos ser empecilho para o início das obras do Terminal do SIT, mas precisamos de um lugar para trabalhar”, disse a secretária da Associação dos Camelôs e Vendedores Autônomos de Uberlândia, Nilda Regina Alves. Com faixas e cartazes colocados ao longo da praça, os camelôs protestavam contra a lei municipal, que determina a mudança deles.*³²

Terminado o prazo para cadastro dos ambulantes, o representante do sindicato afirma que não muda de local sem que antes sejam atendidas algumas reivindicações da categoria, como, por exemplo, a cobertura do local, uma vez que eles reclamam que o sol nesta nova área é intenso e isso poderia danificar as mercadorias e queria garantir principalmente, a manutenção do número de trabalhadores, no lugar de sua redução.

*Trabalhamos há mais de dez anos neste ramo, e não queremos que nenhum de nós seja excluído. Esse é o nosso ganha pão. Não somos mão-de-obra especializada e seria impossível arrumar um emprego que já está difícil mesmo para outros profissionais. Comentou o presidente da Associação Vendedores Ambulantes de Uberlândia, Joel de Oliveira. Ele disse que os 45 associados não sairão do local enquanto a prefeitura não construir a cobertura prometida.*³³

As principais reivindicações, no entanto, são a manutenção do número de ambulantes e a liberação para que os mesmos possam vender também produtos importados, que segundo afirmação dos mesmos no jornal, são os mais procurados.

³¹ Jornal Correio, 27/05/1995

³² Jornal Correio, 27/05/1995, p.08.

³³ Jornal Correio, 08/06/1995, p.08

É o que vende. Hoje, até os feirantes, que são cadastrados na prefeitura, vendem importados. Nós queremos continuar com eles (os importados) porque senão vamos morrer de fome”, argumentou Campelo.³⁴

Nota-se que os Camelôs, não são meros espectadores da cena política, pois eles reagem como podem as imposições da prefeitura, brigam pelo seu espaço de trabalho e tentam de alguma forma se fazer ouvir perante nossa sociedade, buscando também, uma constante integração com o mercado de consumo, ao oferecerem mercadorias diversificadas.

Segundo Campelo, se as exigências da prefeitura forem mantidas, assim que for publicado o edital, os camelôs realizaram imediatamente, uma passeata por toda a Avenida Afonso Pena, depois pela Floriano Peixoto e João Naves de Ávila, até o centro administrativo, onde realizarão uma manifestação de protesto e reivindicarão um espaço na Tribuna Livre da Câmara para tratar de sua situação³⁵.

Dessa forma, eles mostram que possuem organização suficiente para reagir de forma organizada porém agressiva, pois eles pretendiam parar o trânsito temporariamente em avenidas centrais da cidade, fazendo com que a atenção de várias pessoas que por mais que se fizessem alheias a estes assuntos, refletissem sobre os problemas que afligiam a categoria.

É uma forma de tornar pública a questão e fazer com que o problema extrapole a esfera poder público/camelôs, tornando conscientes outros setores da população e ao mesmo tempo buscar apoio de outros políticos também, fazendo uso da Tribuna Livre, que na época representava um espaço na Câmara Municipal, para que as pessoas se manifestassem.

Longe de estarem satisfeitos com as mudanças ocasionadas pela transferência dos mesmos de local, os comerciantes se preocupam com o movimento na área da DMAE, afirmando que a queda no volume de vendas será inevitável, prejudicando os ganhos dos comerciantes.

Outro fator muito questionado por eles diz respeito aos ambulantes que não conseguiram assegurar suas vagas.

Para o representante do sindicato dos comerciantes³⁶, esse fator poderá gerar “um grande problema social’ uma vez que segundo eles a crise econômica pela qual o país estava passando aliada a dificuldade de que as pessoas tem em conseguir emprego

³⁴ Jornal Correio, 08/06/1995, p.08

³⁵ Jornal Correio, 08/06/1995, p.08

³⁶ Jornal Correio, 19/07/1995, p.08

em Uberlândia, faria com que os camelôs passassem a trabalhar na clandestinidade, a fim de socorrerem suas necessidades básicas.

A Secretaria de Trabalho e Ação Social, afirma conforme matéria publicada em jornal que:

*Serão abertos 202 pontos de venda em toda cidade. Além disso, será criado um feirão alternativo, que funcionará nas imediações do Ubershopping. Até o final do próximo mês deveremos cadastrar outros ambulantes.*³⁷

Ainda de acordo com os representantes da Secretaria de Trabalho e Ação Social os vendedores que estavam com a documentação em dia, com os impostos pagos, teriam outros locais para venderem.

Houve uma tentativa de acordo entre os vereadores e os representantes dos camelôs no sentido de aumentar o número de vagas no Camelódromo, porém o número de vagas que seria em torno de 20, não seriam suficientes para sanar os problemas dos comerciantes que ficaram de fora.

*Temos 290 espaços definidos em lei que serão liberados de acordo com o necessário, para os vendedores já existentes, legalizados ou não, e para interessados que estejam dentro da lei. Não estamos sabendo de outros locais. Tudo o que sabemos é que 72 pessoas ficarão sem trabalho lembrou Cunha. Niza Luz defende que os espaços tem que ser definidos de acordo com o plano diretor, pois só se pode entrar onde não ocorram futuras concorrências com os lojistas, para que não haja atritos. O poder público tem que ser firme nestas decisões, eles não ficarão sem lugar, mas precisa-se de tempo. Até o final de semana teremos uma solução que não depende apenas da Secretaria de Trabalho e Ação Social, mas também de planejamento.*³⁸

Além disso, segundo ainda representantes da Secretaria de Trabalho e Ação Social, o Camelódromo da Prefeitura já está pronto, e quem quiser se transferir para o local, o mesmo já está liberado. Porém, as barracas padronizadas ainda não haviam sido instaladas e de acordo com trabalhadores eles não podiam levar suas próprias barracas fato que não permitia que os ambulantes se instalassem na área, pois não havia como os mesmos exporem suas mercadorias sem as devidas instalações.

No entanto, não encontrei registros da inauguração do Camelódromo Municipal, e apesar disto, analisei uma matéria que dizia respeito a transferência destes trabalhadores para outras áreas como, por exemplo, a ocupação de uma região próxima a rodoviária, que também foi contestada tanto pelos camelôs quanto pelo dono da área da rodoviária que segundo informações contidas no jornal³⁹, não seria uma área

³⁷ Jornal Correio, 26/08/95, p.10

³⁸ Jornal Correio, 05/09/95, p.09

³⁹ Jornal Correio, 03/10/95, p.09

apropriada para o estabelecimento dos comerciantes pois não haveria infra estrutura e também não seria bom para o cartão de visitas da cidade

A mudança agrediu a imagem do terminal rodoviário e está preocupando seu administrador, Rui Carlos Nominato, além dos comerciantes do local. “A vinda dos camelôs para esta região não é bom, nem para os camelôs nem para nós.” De acordo com Nominato, os camelôs vão trazer indiretamente, mais marginais para a região, além de causar impacto visual em quem chega à cidade. Atrapalha o cartão de visitas da cidade. Pode-se dizer que, com esta fala, ficam evidentes os motivos pelos quais os trabalhadores deveriam se transferir, como por exemplo, a poluição visual e sonora por eles causadas, por isso, não seriam bem aceitos em outros locais.

Os fiscais da prefeitura tiveram dificuldades em retirar os trabalhadores da Praça Oswaldo Cruz, que se sentiam injustiçados com a seleção feita pela prefeitura para escolher os trabalhadores que iriam ocupar o Camelódromo Municipal, o que forçava os outros a ocuparem a praça da rodoviária.

A polícia foi acionada para garantir que a transferência fosse feita, uma vez que os trabalhadores resistiam em deixar o local. “Ambulantes resistiram e polícia foi chamada para garantir sua transferência para a praça da rodoviária.”⁴⁰

De acordo com representantes dos trabalhadores, um mandato de segurança já havia sido impetrado contra sua transferência até que a prefeitura revisasse os critérios de avaliação que garantia aos trabalhadores o direito de exercer suas atividades no Camelódromo.

*Inconformados com a mudança, os ambulantes resolveram recorrer à justiça para garantir sua permanência na praça. “Impetramos um mandado de segurança até que os quesitos de avaliação da Prefeitura fossem revisados”, disse Miranda.*⁴¹

Porém, segundo o secretário de serviços urbanos da época, Ednoser Damasceno, a visita do advogado dos camelôs era ainda desconhecida e que seu prazo para a retirada dos mesmos da praça Oswaldo Cruz estava se esgotando. Caso a justiça se manifestasse a favor dos trabalhadores os mesmos poderiam voltar para o local, mas por hora, o certo seria a transferência.

*O secretário de serviços urbanos, Ednoser Damasceno, informou à imprensa que desconhecia a visita do advogado e que seu tempo para executar a retirada dos vendedores se esgotava no final da tarde. A Procuradoria da Prefeitura informou ainda que não tinha conhecimento da existência do mandado de segurança.*⁴²

⁴⁰ Jornal Correio, 18/11/95

⁴¹ Jornal Correio, 18/11/95

⁴² Jornal Correio, 18/11/95

Paralelamente a isto, o comércio na Praça Tubal Vilela continuava acontecendo mesmo que de forma irregular. O espaço ainda estava sendo ocupado pelos trabalhadores que justificavam suas atividades pela falta de emprego e a idade que já não ajuda na hora de conseguir emprego no mercado formal.

A praça Tubal Vilela, localizada no centro da cidade aglomera hoje diversos ambulantes. O local é semelhante a um mercado persa, onde há de tudo. Ali se vendem desde o tradicional café, passando por alimentos, brinquedos, relógios, redes de dormir, bilhetes de loterias e outros.

A atividade comercial na Praça Tubal Vilela, é proibida, porém, para ganhar dinheiro, os camelôs “arriscam a pele” e exercem a atividade de modo irregular.⁴³

No jornal⁴⁴ do dia 23/11/1995, uma leitora liga para a redação e tem sua reclamação publicada na seção “ boca no trombone”. A reclamação diz respeito ao uso indevido das calçadas do centro da cidade, principalmente por comerciantes e mendigos que “resolveram” ocupar os espaços públicos da cidade, fazendo com que os pedestres se arrisquem entre os carros nas ruas do local. Segundo ela, uma providência tinha que ser tomada urgentemente.

Isto evidencia que a questão da ocupação dos espaços públicos, traz consequências diretas para a população.

Logo após, é anunciada a construção de um novo Camelódromo, na área da Rodoviária com capacidade para 80 barracas.

O projeto a exemplo dos anteriores, deveria ser executado após licitação e para ocupar as barracas os comerciantes iriam passar pelo mesmo processo de seleção que avalia critérios como idade, pois a pessoa deveria ter cima de 50 anos, estar desempregado e não possuir bens. Os deficientes físicos teriam prioridade sobre os demais.

Além disso, não foi dada aos trabalhadores que já estavam no local, nenhuma garantia de que permaneceriam por lá, devendo assim como os outros interessados, fazer parte da nova seleção.

Paralelamente, uma manifestação de protesto contra as modificações feitas na política econômica entre Brasil e Paraguai⁴⁵ que reduzia as cotas de compras de US\$250,00 para US\$150,00, paralisou a ponte da amizade e envolveu, segundo reportagem do jornal Correio, uma comissão binacional e integrada por sindicatos,

⁴³ Jornal Correio, 18/11/95

⁴⁴ Jornal Correio, 23/11/95

⁴⁵ Jornal Correio, 10/11/95p.07.

políticos, empresários, associações de taxistas e camelôs, sendo este o mais longo de todos os protestos em um mês de modificações na política comercial Brasil- Paraguai.

Este ajuste na política econômica entre Brasil e Paraguai sem dúvidas contribuiu para que a crise pela qual os ambulantes estavam passando se acentuasse ainda mais, pois limitava em muito a quantidade de mercadorias que poderiam ser adquiridas, reduzindo os estoques dos comerciantes e também dificultando o acesso a novas compras.

Sob uma iniciativa privada, é inaugurada em 1996, no centro da cidade uma nova área para que os ambulantes pudessem comercializar.

Tratava-se do Camelódromo Central, cujo projeto inicial, dizia que o mesmo funcionaria como um “minishopping”, abrigando diversas lojas em seu interior.

O espaço era para 120 boxes nos quais poderia ser comercializado de tudo, desde gêneros alimentícios, passando por ervas medicinais, roupas e artigos eletrônicos. Ou seja, o que se fazia nas praças, só que agora com maior organização e estrutura.

Segundo a assessora da Secretaria de Serviços Urbanos da época, Maura Esméria Rodrigues⁴⁶, ao ocuparem um espaço particular, os trabalhadores deixam o mercado informal de trabalho, passando a integrar a economia formal.

Diferentemente das pessoas que foram para o Camelódromo Municipal, estes trabalhadores de uma forma ou de outra, conseguiram fortalecer-se economicamente, não chegando a enriquecer-se, mas se satisfazendo profissionalmente, desenvolvendo suas habilidades e dons comerciais, ganhando o suficiente para seu sustento e de seus familiares.

No entanto, resta ainda uma dúvida: como e porque o C.DL. aceita a existência deste prédio que faz concorrência direta com as principais lojas do centro da cidade?.

Em contradição com os ocupantes do Camelódromo Municipal, cujas queixas freqüentes da falta de movimento e de fregueses refletem numa baixa ou redução cada vez maior na renda destes trabalhadores.

Em visita ao local, já no ano de 2008, pude observar que estas mesmas queixas ainda são atuais.

Tive a oportunidade de falar com alguns comerciantes e a reclamação foi geral: a mercadoria não sai.

⁴⁶ Em entrevista ao Jornal Correio, 01/10/96.

De fato, enquanto estive por lá, notei que o movimento de fregueses era mínimo e que os comerciantes podiam por vezes se afastar de suas barracas sem aborrecimentos, pois dificilmente eram abordados por compradores.

A estrutura dos dois Camelódromos é basicamente a mesma, ou seja, a divisão do espaço em pequenas “lojas” chamadas de box, onde os comerciantes expõem suas mercadorias.

A principal diferença está realmente na localização e na movimentação dos dois estabelecimentos.

Outro fato que me chamou a atenção, foi o que me revelou a senhora Maria Ligia⁴⁷ em seu depoimento no qual me disse que ela foi se adaptando ao mercado do camelódromo municipal, mudando de mercadorias. Se antes nas Praças ela trabalhava com brinquedos, agora com o baixo movimento e com as vendas fracas isso não era mais possível, fazendo com que a mesma passasse a comercializar artigos pequenos como capas de celular, que segundo ela são mercadorias que os comerciantes de maior poder aquisitivo não tem paciência de revender.

Assim como ela, outros também foram se adaptando a esta nova estrutura e resistindo como podiam a fim de dedicarem-se ao comércio.

Ao comparar sua estrutura de trabalho de hoje ao que era antes enquanto ambulante na Praça Oswaldo Cruz, ela não revela grandes mudanças segundo a mesma, lá se ganhava um pouco mais, mas em contrapartida se carregava peso todos os dias ao se montar e desmontar a barraca.

Um aspecto que penso deve ser no mínimo abordado ao trabalhar o tema, foram as pistas que encontrei sobre o papel do sindicato na transferência desses trabalhadores e o que estas mudanças significaram para eles. No diálogo com os trabalhadores, e fontes jornalísticas percebi, ainda que de maneira marginal, a presença da entidade neste processo, e isto acabou dando rumos e significados à percepção dos trabalhadores sobre este processo.

De acordo com o senhor José Pedro Campelo, ex-presidente do sindicato dos trabalhadores autônomos e ambulantes de Uberlândia, que hoje está com 63 anos de idade, ocupando, segundo o mesmo, um cargo de gerência no Camelódromo Central, a transferência destes trabalhadores envolveu um fator importante, que foi a participação dele enquanto sindicalista em negociações com a Prefeitura.

⁴⁷ CRUZEIRO, Maria Ligia. Entrevista concedida a Tahis Furtado. Uberlândia 28/11/2008

Campelo, ao contrário dos demais ambulantes com os quais tive oportunidade de conversar, afirma ter-se tornado ambulante por opção própria

*(...) me tornei ambulante por opção própria, passando um dia pela praça Tubal Vilela, eu vi os vendedores ambulantes vendendo e eu achei aquilo interessante e pensei comigo: se eu fosse um vendedor ambulante eu dava conta de ser, tentei até conseguir ficar no mercado e to até hoje.*⁴⁸

A partir daí, empenhou-se em legalizar sua situação, agindo de forma ativa, dando origem ao sindicato:

Quando eu comecei trabalhar de ambulante eu comecei na Praça Tubal Vilela, mas automaticamente eu fui expulso de lá pelos vendedores antigos, eles tinham uma associação e a associação deles não permitia que entrasse mais ninguém, era tabelada, tinha quarenta pessoas, quarenta e poucos não podia mais. Então eu saí da Praça Tubal Vilela, porque eles num me aceitaram lá, e comecei a trabalhar nas calçadas em uma em outras calçadas e como eu tinha outras pessoas também fazendo isso né, excluído da associação, aí eu resolvi a criar uma associação por conta própria, fui me associando com as pessoas que chamada na época clandestinos, porque não era autorizada pela prefeitura, quando eu tinha um grupo de sessenta pessoas não autorizado, aí eu fiz uma associação, registrei a associação, tornei-me presidente dela primeira vez e dei seguimento daí pra frente num aperto danado, porque agora tinha duas associação, uma legalizada pela prefeitura e a outra não conhecida pela prefeitura, como eu não era conhecido na prefeitura como presidente, e precisava ter contato lá quase todo dia porque surgia muitos casos diferentes, tornei-me conhecido lá dentro na marra, ninguém queria me ver mais devido minha necessidade de ir lá todo dia, tornei-me conhecido.

*Um certo, dia o secretário na época Adalberto Duarte, por quem eu tenho muito respeito até hoje, gente muito boa, exigiu que eu fizesse uma eleição agora concluindo as duas associações para que ficasse uma só, unificasse. O pessoal mais antigo, não gostava de mim nenhum pouco, mas o pessoal mais novo e era muito mais, todos gostavam demais de mim, então eu não tinha medo de perder a eleição porque eu tinha muito mais associados que eles. Assim, fiz, fiz essa fusão, foi feita na prefeitura e desse tempo pra frente as coisas mudaram e mudaram muito*⁴⁹.

Esta “sugestão” por parte do secretário Adalberto Duarte de que fosse feita uma eleição lançando como presidente do sindicato o SR. Campelo, pode revelar um certo interesse da prefeitura em mantê-lo na frente das negociações com os trabalhadores, e isso poderia ser realmente útil, pois como o próprio Campelo afirma: a quantidade de associados que simpatizavam com o ele era maior do que aqueles que não gostavam. Dessa forma, fica caracterizado um sindicato mais atrelado aos interesses do município do que realmente comprometido com as causas da categoria. Talvez, por esse motivo o Camelódromo Municipal tenha sido construído em um local mais afastado do centro comercial, como será discutido adiante.

⁴⁸ CAMPELO, Jose Pedro. Entrevista concedida a Tahis Furtado. Uberlândia 02/12/2008.

⁴⁹ CAMPELO, Jose Pedro. Entrevista concedida a Tahis Furtado. Uberlândia 02/12/2008.

No entanto, algumas idéias continuam sendo válidas, como por exemplo, o pensamento de Campelo no qual, o ideal era que todos os trabalhadores tivessem um local único para trabalhar, com mais conforto e comodidade, deixando livres as praças e calçadas da cidade. Assim, surgiu a idéia de se construir o Camelódromo Municipal, o que como já foi discutido, foi envolvido por muita polêmica, principalmente no que diz respeito à ocupação/desocupação das áreas públicas e espaços centrais da cidade. Pois para muitos dos vendedores e até para o próprio Campelo, o local escolhido, a antiga área do DMAE, era de baixo movimento, e isso poderia prejudicar os ganhos e lucros dos ambulantes.

Os camelôs em breve deverão se mudar da Praça Sérgio Pacheco para a Avenida Floriano Peixoto, aceitam a transferência como uma opção de trabalho, mas avaliam que o novo local terá um movimento menor e conseqüentemente, um rendimento pior⁵⁰

Apesar deste ponto desfavorável ao comércio, a construção do Camelódromo Municipal, representava a concretização de um ideal, que era a existência de um espaço que abrigasse os trabalhadores e suas mercadorias, possibilitando aos mesmos, um pouco mais de segurança e o mínimo de conforto possível.

No entanto, quem seria realmente beneficiado com a construção do Camelódromo Municipal nesta área? Os trabalhadores que ganhariam abrigo distante do centro comercial, a Prefeitura que viabilizou a construção do Terminal Central e ainda conseguiu retirar das praças centrais como Tubal Vilela por exemplo, os demais ambulantes ou os comerciantes locais, que viram a concorrência oferecida pelos ambulantes enfraquecida.

Após a transferência e estabelecimento destes comerciantes no Camelódromo Municipal, o senhor Campelo conta que com aproximadamente dois anos de funcionamento, o mesmo foi “minado” pela Prefeitura, que através de regras internas de funcionamento, dificultou o desenvolvimento das atividades comerciais dos trabalhadores lá estabelecidos.

Questionado se não seria uma estratégia da Prefeitura para enfraquecer os ambulantes, transferi-los para o Camelódromo Municipal e, posteriormente, enrijecer as regras para o desenvolvimento do comércio local, o senhor Campelo afirma:

Não, não, não, é, a prefeitura não visa isso não, pelo contrário, a prefeitura só eu digo que ela é muito rígida porque eles levam muito problema pra eles né? E a maneira deles resolver o problema deles é esse, por exemplo, lá não tem nada

⁵⁰ Jornal Correio, 19/07/95

no corredor, lá você não pode por uma caixa no corredor, nem um banquinho eles deixa por no corredor, isso é exigência da prefeitura, mas são eles que exigiram, cê tá entendendo? Então eles arrumam encrenca um com o outro, passa para prefeitura e a decisão que vem da prefeitura é prejudicial a eles, mas eles não entendem, continuam levando problema pra lá⁵¹.

Contrariamente ao que diz Campelo, não é isso que pode ser observado pois, as regras dificultaram um comércio que já estava enfraquecido devido à distância do Camelódromo ao centro da cidade. Os comerciantes já não estavam mais na rota dos trabalhadores que passavam pelas praças e suas mercadorias já não tinham mais a mesma saída.

Nota-se então que uma das principais mudanças seria a questão do alojamento dos trabalhadores e de suas mercadorias. Porém, em consequência destes atritos internos, houve uma perda gradual da liberdade comercial, uma delas diz respeito à exposição de mercadorias fora dos Box, prática que foi proibida no interior do Camelódromo Municipal.

Esta exposição de mercadorias atrai a atenção dos consumidores, fazendo com que os mesmos se interessem pelas mercadorias e se aproximem conforme suas necessidades.

Então, para os trabalhadores que permaneceram no Camelódromo Municipal, as mudanças mais visíveis foram o alojamento para eles e suas mercadorias, e a conseqüente segurança que isto lhes proporciona.

Porém, o movimento foi realmente reduzido e as vendas e ganhos destes trabalhadores também.

Esta falta de movimento é uma das principais reclamações por parte dos ocupantes do Camelódromo Municipal, conforme aponta o depoimento do senhor Tiheis dos Santos, que era ambulante e ocupava a antiga área do Terminal Central, hoje complementa sua renda como comerciante no Camelódromo Municipal

A renda diminuiu porque não tem gente pra comprar quase e é muitas loja vendendo um tipo só de mercadoria, então caiu as venda muito, aqui eu. queria vender ate minha casa aqui..dá mal e mal pra comê.⁵²

Assim o local afastado dos pontos de ônibus, do movimento das áreas centrais, da circulação de pessoas e as regras impostas a estes pela Prefeitura, como normas de funcionamento do local, são algumas das alterações pelas quais estes trabalhadores passaram.

⁵¹ CAMPELO, Jose Pedro. Entrevista concedida a Tahis Furtado. Uberlândia 02/12/2008.

⁵² SANTOS, Tiheis. Entrevista concedida a Tahis Furtado. Uberlândia 28/11/2008

Já o Camelódromo Central, localizado na Avenida Afonso Pena, esquina com a Coronel Antônio Alves, no centro da cidade de Uberlândia -M.G., foi criado a partir de iniciativa privada, na qual a principal idéia era de montar dentro do prédio uma estrutura que tornasse possível o comércio de artigos diversos dentre eles gêneros alimentícios, eletrônicos, brinquedos e vestuário.

Sua inauguração oficial estava prevista para o dia vinte e cinco de outubro de mil novecentos e noventa e seis e contaria com a distribuição de seis mil prêmios por parte dos comerciantes, que segundo a assessora da Secretaria de Serviços urbanos Maura Esméria Rodrigues⁵³ ao saírem do espaço público para atuar em área privada, deixam de ser camelôs, saindo então do mercado informal, para atuar no mercado formal, o que na opinião da mesma, representa um crescimento para os mesmos.

A estrutura do prédio conta com cento e vinte boxes de acordo o Jornal Correio:

A idéia de montar um Camelódromo em Uberlândia partiu de empresários que sentiram necessidade desse tipo de comércio na cidade. Em grandes centros como São Paulo e Belo Horizonte, já existem locais tipo e com resultado satisfatório⁵⁴.

A fiscalização deste estabelecimento se daria tanto pela prefeitura quanto pelo Estado, pois os comerciantes deveriam pagar o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e também conseguir alvará de funcionamento na prefeitura em no máximo trinta dias após seu estabelecimento no imóvel.

Dento do Camelódromo Central, existe uma forma de comercialização mais livre em comparação com o Camelódromo Municipal, pois as mercadorias ficam expostas conforme a vontade dos vendedores atraindo a atenção dos consumidores e também são encontrados artigos de maior valor aquisitivo como é o caso dos eletrônicos como sons para auto, vídeo games, câmeras filmadoras e fotográficas e uma gama infinita de produtos que são oferecidos com ou sem nota fiscal.

De acordo com Campelo, ao alugar-se um Box no camelódromo Central, são esclarecidas algumas regras e uma delas é de que as mercadorias estão sujeitas a fiscalização e que a responsabilidade pelas mesmas é do proprietário ou do locatário dos boxes, sendo de total comprometimento do mesmo o risco pela apreensão e multa se forem pegos pela fiscalização em situação irregular.

Dessa forma abre-se uma nova possibilidade de pesquisa que é a questão do contrabando dentro do Camelódromo Central, se existe e em que proporção,

⁵³ Jornal Correio, 15/09/96

⁵⁴ Jornal Correio, 15/09/96

comparados aos comerciantes que estão em conformidade com as leis federais, estaduais e municipais.

Considerações finais

Com a leitura e análise das reportagens de jornais e entrevistas, pode-se concluir que a questão da ocupação do espaço público em Uberlândia faz parte de uma grande teia que reflete interesses diretos, ora do poder público, ora de particulares como vendedores ambulantes, sindicalistas, ora dos moradores de forma geral.

A questão da ocupação das Praças sempre foi polêmica e delicada, pois envolvia vários atores sociais com múltiplos interesses.

No entanto, a vontade expressiva da Prefeitura em retirar os ambulantes das Praças, ora para construção de terminais de ônibus, ora para “embelezar” a visão da cidade, aliado ao interesse dos trabalhadores, representados pelo Sr. Campelo enquanto presidente do sindicato, em reunir os profissionais numa área específica, culminou após anos de negociação, na construção do Camelódromo Municipal, e na posterior transferência destes trabalhadores para o mesmo.

Tais mudanças não agradaram a todos os comerciantes que descontentes com a área a eles destinada pela Prefeitura, passaram a ocupar os terrenos próximos a rodoviária, local onde novamente não foram bem recebidos.

Enfim, a ocupação dos espaços públicos aponta para relações sociais conflituosas e apesar de existirem espaços definidos para vendas ambulantes elas continuam acontecendo na cidade de Uberlândia, em menor número, mas ainda são visíveis os vendedores que se instalam na Praça Tubal Vilela e nas calçadas das áreas centrais.

Exemplo disto é o Sr. Epaminondas Teodoro da Silva, um senhor de quarenta e cinco anos de idade, que afirma ser ambulante já há dez anos e exerce essa atividade principalmente na Praça Tubal Vilela, nas calçadas e também em frente ao Terminal Central.

Questionado se ele havia procurado se estabelecer nos camelódromos, o mesmo afirmou que

Não porque agente não tem condição os camelódromos, a maioria dos lugares são uma média de trezentos a seiscentos reais, o aluguel daquele Box, mas você tem que comprar uma luva, a luva é o direito de comprar aquele Box, que hoje gira em torno de três mil reais, cinco mil reais, dez mil reais dependendo do lugar, agente não tem aí condição, querer agente quer, saber trabalhar também agente sabe mas não tem o poder aquisitivo pra comprar e nem também pra alugar por esse valor porque agente não tira muita coisa aqui não, o que agente tira aqui é pouco mais do que isso.⁵⁵

⁵⁵ SILVA, Epaminondas Teodoro. Entrevista concedida a Tahis Furtado. Uberlândia 02/12/2008.

Apesar de todas as dificuldades como ele mesmo afirma:

A dificuldade é no geral, porque a primeira coisa é você tem que pegar o ônibus lotado carregando uma grande bagagem, carregando um carrinho, é a bolsa com seus apetrechos de trabalho, chega aqui cê tem que descer do ônibus pra armar tudo isso aqui e depois pra voltar é difícil, pra correr de fiscal com esse tanto de coisa é difícil, quase sempre agente perde, é difícil passar uma semana sem perca, e a dificuldade maior é quando eles nos tomam porque agente não tem outro dinheiro pra começar tudo de novo é preciso tomar emprestado um com o outro ou as vezes os colegas ajudam a começar tudo de novo, a dificuldade é no geral⁵⁶.

O mesmo prefere se estabelecer nestes locais e correr tais riscos, pois para se estabelecer no Camelódromo Municipal, não é necessário pagar aluguel.

Assim, percebe-se que a questão da ocupação das Praças e outros espaços é muito mais complexa do que se pode imaginar, trata-se de estratégias ou reações a crises sócio econômicas que afetam diretamente a oferta de empregos, fazendo com que as pessoas se adaptem a fim de manter sua subsistência.

Devido às suas origens econômicas e sociais, a questão do trabalho informal e a utilização dos espaços públicos para desenvolvimento de atividades econômicas, sejam elas ambulantes, carroceiros, catadores de papel, serão sempre visíveis nestas formas já citadas ou em outras, já readaptadas a um mercado sempre em movimento.

Desta forma, julga-se que sempre existirão tensões entre o poder público e as várias formas de resistência nas quais os trabalhadores encontrem oportunidade de ganho que estejam diretamente ligadas aos espaços públicos, que foram e serão readaptados e remodelados de acordo com esses interesses, num constante movimento, quase como que num círculo vicioso.

Lançam-se a partir daí, dúvidas que motivariam novas pesquisas como, por exemplo, a questão do contrabando de mercadorias dentro do Camelódromo Central e ainda como a prefeitura e os comerciantes da cidade por meio do C.D.L. (Clube dos Diretores Lojistas) interpretam o funcionamento deste comércio no centro da cidade, uma vez que não foi possível responder a estes questionamentos no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa.

⁵⁶SILVA, Epaminondas Teodoro. Entrevista concedida a Tahis Furtado. Uberlândia 02/12/2008.

Acervos e fontes

Fontes orais:

Epaminondas Teodoro da Silva, Entrevista realizada em 28/11/2008. Com quarenta e cinco anos, trabalha há dez como ambulante na principalmente na Praça Tubal Vilela.

Francisca Celina Ferreira. Entrevista realizada em 28/11/2008. Comerciante estabelecida no Camelódromo Municipal, foi ambulante da Praça Sérgio Pacheco, antes da construção do Terminal Central.

José Pedro Campelo. Entrevista realizada em 02/12/2008 Ex presidente do Sindicato dos trabalhadores autônomos e ambulantes de Uberlândia. Atual gerente do Camelódromo Central e comerciante estabelecido no mesmo local.

Maria Ligia Cruzeiro Entrevista realizada em 28/11/2008. Comerciante estabelecida no Camelódromo Municipal, foi ambulante da Praça Sérgio Pacheco, antes da construção do Terminal Central

Tiheis dos Santos Entrevista realizada em 28/11/2008. Aposentado, complementa sua renda com o Box que ocupa no Camelódromo Municipal.

Jornais

Jornal Correio 21/02/95

Jornal Correio 22/02/95

Jornal Correio 05/03/95

Jornal Correio 17/03/95

Jornal Correio 28/03/95

Jornal Correio 04/04/95

Jornal Correio 18/04/95

Jornal Correio 06/05/95

Jornal Correio 18/05/95

Jornal Correio 27/05/95

Jornal Correio 28/05/95
Jornal Correio 30/05/95
Jornal Correio 31/05/95
Jornal Correio 08/06/95
Jornal Correio 19/07/95
Jornal Correio 26/08/95
Jornal Correio 27/08/95
Jornal Correio 29/08/95
Jornal Correio 05/09/95
Jornal Correio 03/10/95
Jornal Correio 05/10/95
Jornal Correio 02/11/95
Jornal Correio 04/11/95
Jornal Correio 07/11/95
Jornal Correio 10/11/95
Jornal Correio 14/11/95
Jornal Correio 17/11/95
Jornal Correio 18/11/95
Jornal Correio 23/11/95
Jornal Correio 24/11/95
Jornal Correio 10/12/95
Jornal Correio 21/12/95
Jornal Correio 09/02/96
Jornal Correio 01/10/96
Jornal Correio 15/10/96

Observação: Foram pesquisados os jornais de 1996 a 1997 sem interrupção.

Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto & KOURY, Yara Aun. História oral e memórias entrevista com Alessandro Portelli. História & Perspectivas, Uberlândia: UFU, 2002, PP. 27-54.

ARÓSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. "A propósito de um estatuto para a história local e regional: algumas reflexões". História & Perspectivas. Uberlândia: EDUFU, (20/21), p.117-128, 1999.

BERTOLUCCI, Fábio Luiz. A área Central de Uberlândia: espaço preferencial das atividades informais – os camelôs e ambulantes. Trabalho apresentado ao II Simpósio regional de geografia. Uberlândia, 26-29 nov.2003.

BOSI, Antonio de Pádua. A Organização Capitalista do Trabalho “Informal” o caso dos catadores de recicláveis. Revista Brasileira de Ciências Sociais., Vol. 23, 2008, PP.102-191.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos. 3ªed., São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.

“

BURKE, Peter. Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion . Uma Introdução à História. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHESNEAUX, Jean. Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

CLEPS, GEISA Daise Gumiero. O comércio informal e a cidade Trabalho apresentado ao II Simpósio regional de geografia. Uberlândia, 26-29 nov.2003.

DAVI, Elen Patrícia de Jesus Silva. Trabalhadores na fronteira: experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu_Ciudad Del Este (1990-2006). Universidade Estadual do Paraná, 2008.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FENELON, Déa Ribeiro e outros. Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2ªed., 1998,

FILHO, Geraldo Inácio. A monografia nos cursos de graduação.3. Ed. Uberlândia: EDUFU, 2003.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e Ideologia. São Paulo: Ática, 2ªed., 1990.

FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FONTANA, Josep.: A história dos homens. Bauru: EDUSC, 2004.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer uma pesquisa qualitativa Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GUARINELLO, Norberto Luiz. "Memória coletiva e história científica". In: Revista Brasileira de História. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, (28), 1994, p.180-193.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Artes da memória: fontes orais e relato histórico. In: História & Perspectivas. Uberlândia/MG: EDUFU, (23), jul/dez 2000, p. 99-114

História & Perspectivas 27/28. Uberlândia, MG: EDUFU. Universidade Federal de Uberlândia, 2002/2003.

História Oral. Tempo e Narrativa. Revista da Associação Brasileira de História Oral. N. 6, São Paulo: ABHO, 2003

HOBBS, Eric. Sobre História. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. "Memória". In: Enciclopédia Einaudi. Memória- História, v.1, Porto: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, p.11-50

MALERBA, Jurandir (org.). A velha história. Teoria, método e historiografia. Campinas, SP: Papirus, 1996.

MANZONI, Francis Márcio Alves. Os trabalhadores "caipiras" em mercados e feiras – livres : São Paulo(1867-1914). São Paulo. UNESP, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró (org.). História. Pensar & fazer. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História/ UFF, 1998.

MEDEIROS, E. Antunes. Espaço urbano: Sua constituição pelas relações daqueles que vivem do trabalho Uberlândia 1970/2001. Uberlândia, UFU, 2001.

PORTELLI, Alessandro. "Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade" e "O que faz a história oral diferente". In: Projeto História. Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo: EDUC, 14, fev. 1997, p. 07-24 e 25-39.

Projeto História 17. Trabalhos da Memória. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo: EDUC, 1998.

Projeto História 20. Sentidos da Comemoração. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo: EDUC, 2000.

Projeto História 21. História e Imagem. Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo: EDUC, 2000.

Projeto História 22. História e Oralidade. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo: EDUC, 2001.

Projeto História 24. Artes da História. Outras linguagens. Revista do programa de estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História da PUC. São Paulo: EDUC, 2002.

Revista Brasileira de História 25/26. Memória, História, Historiografia. São Paulo: Anpuh/ Marco Zero, 1992/93.

Revista Brasileira de História 45. O Ofício do Historiador. São Paulo: ANPUH/ Humanitas, 2003

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. "História regional e local: problemas teóricos e práticos". In: História & Perspectivas. Uberlândia: EDUFU, 1997, p.165-185. SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. In: Revista Brasileira de História. V. 6, n.11, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set.1985/fev.1986, p.45-61.

TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. Tempo Social, revista de sociologia, São Paulo: USP, Vol.18, n.1, 2006, PP.173-195.

THOMPSON, E.P.. A miséria da teoria; ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. A voz do Passado. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ªed., 1992,

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo e outros. A pesquisa em História. São Paulo: Ática, 3ªed., 1995.